



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DESTINADO AO SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BARRINHA.

INTRODUÇÃO:

O presente documento caracteriza-se como a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade indicada nos tópicos que seguem abaixo.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO À LUZ DO INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO ENVOLVIDO:

A aquisição de um veículo destinado ao setor de Assistência Social é essencial para fortalecer as ações de proteção social e promover o acesso aos serviços socioassistenciais oferecidos à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

O veículo será utilizado para ampliar a capacidade de atendimento, permitindo o deslocamento da equipe técnica até áreas de difícil acesso e o transporte de usuários para locais onde sejam realizados atendimentos, programas ou serviços essenciais, como consultas, encaminhamentos e participações em projetos de inclusão social.

Além disso, o veículo será um suporte logístico fundamental para atividades que demandam transporte de materiais, cestas básicas e outros recursos destinados às famílias atendidas, garantindo que a assistência chegue de forma eficiente e célere.



Esta iniciativa atende ao interesse público primário de assegurar os direitos previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), promovendo a inclusão, proteção e melhoria da qualidade de vida de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, alinhada aos princípios de dignidade, igualdade e cidadania.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

No presente momento não existe plano de contratação anual elaborado. Todavia, a gravidade e a urgência da situação traduz um quadro fático-jurídico plenamente justificável sob a ótica republicana domais estrito interesse público.

Embora a legislação de regência, em seu artigo 12, inciso VII, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, estabeleça a necessidade/faculdade de um plano de contratações anual, é importante considerar ascircunstâncias específicas físicas, fáticas e locais que podem justificar a sua ausência temporária, em franco processo de implantação.

Neste viés, justifica-se que a falta do plano de contratações é resultado da escassez de um corpo técnico disponível, devidamente capacitado para tratar de assuntos da novíssima legislação e respectiva elaboração, sendo válido ressaltar que a elaboração de um plano de contratações anual demanda conhecimento técnico qualificado, tempo, esforço e energia, pois é necessário um levantamento minucioso das necessidades do município, bem como a análise de fornecedores e a definição de critérios técnicos claros para a contratação.

Outrossim, trata-se de documento de natureza técnica, que não pode ser elaborado sem a participação efetiva de cada Secretaria que integra a estrutura organizacional da municipalidade;

É extremamente importante ressaltar que, nada obstante a ausência de servidores com conhecimento específico e tecnicidade razoável, o município vem tomando todas as medidas necessáriaspara resolver essa delicada situação, e seguramente elaborará, com empenho, esforço e muita dedicação, o Plano Anual de Contratações no presente exercício de 2024 com expectativa de execução no exercíciovindouro, de 2025;

A despeito da inexistência de Plano Anual de Contratações para este ano de 2024,



cumprir salientar que o município tomou e vem tomando providências no sentido de capacitar/qualificar os servidores públicos que atuarão na elaboração da referida peça de planejamento, incrementando, complementando e lapidando referidos servidores. Essa iniciativa demonstra o efetivo compromisso da administração municipal de Barrinha em dar efetivo cumprimento a todas as exigências legais e implementar boas práticas de gestão administrativa.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1. REQUISITOS INERENTES À DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO:

Item	Descrição
1	<p>Veículo Automóvel Tipo Sedan "Zero km"</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Ano/Modelo de fabricação mínimo 2024/2024;- Motor mínimo 1.3 Flex, com potência mínima de 88 c.v;- Pintura na cor Branca ou Prata;- Transmissão Manual de mínimo cinco marchas;- Roda aro mínimo 15;- Air bag e Freios ABS;- Capacidade do compartimento de carga mínima de 400 kg;- Comprimento mínimo do veículo 4.213mm;- Tanque de Combustível mínimo de 48 Litros;- Direção Hidráulica;- Ar condicionado- Vidros Elétricos nas portas dianteiras e traseiras;- Alarme e travas elétricas;- Película escurecedora das áreas envidraçadas (insulfilm) na tonalidade permitida por Lei;- Todo acessório deverá ser original de fábrica. Demais equipamentos de uso obrigatório. Cor Branca/Cinza/Preto.

3.2. REQUISITOS INERENTES À DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

3.2.1 Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.2 A documentação a ser exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, qualificação técnica serão aferidas por intermédio dos documentos a ser indicados no Termo de Referência.



3.3. REQUISITOS ESPECIAIS:

Não se aplica ao caso.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Item	Quant.	Descrição
1	1	<p>Veículo Automóvel Tipo Sedan "Zero km"</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Ano/Modelo de fabricação mínimo 2024/2024;- Motor mínimo 1.3 Flex, com potência mínima de 88 c.v;- Pintura na cor Branca ou Prata;- Transmissão Manual de mínimo cinco marchas;- Roda aro mínimo 15;- Air bag e Freios ABS;- Capacidade do compartimento de carga mínima de 400 kg;- Comprimento mínimo do veículo 4.213mm;- Tanque de Combustível mínimo de 48 Litros;- Direção Hidráulica;- Ar condicionado- Vidros Elétricos nas portas dianteiras e traseiras;- Alarme e travas elétricas;- Película escurecedora das áreas envidraçadas (insulfilm) na tonalidade permitida por Lei;- Todo acessório deverá ser original de fábrica. Demais equipamentos de uso obrigatório. Cor Branca/Cinza/Preto.

4.1. Para mensuração do quantitativo a ser adquirido foi levado em consideração a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, em base de levantamento de dados e quantitativo de funcionários necessários para a execução do serviço. O deslocamento de um maior número de servidores otimizará as visitas técnicas nas áreas urbanas e rurais, bem como para o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, serviço realizado diariamente pela equipe.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Solução 01- Locação de veículos – A decisão de o município em alugar veículos, embora possa trazer flexibilidade e reduzir despesas iniciais, também apresenta desvantagens significativas que precisam ser analisadas com cuidado. As principais desvantagens incluem:



1. Custo Elevado a Longo Prazo

Ausência de patrimônio público: Ao alugar veículos, o município não cria um ativo duradouro, como ocorreria com a compra. Após o término do contrato, não há retorno financeiro nem posse dos veículos.

Despesas cumulativas: Em contratos prolongados, o valor total pago pela locação pode superar o custo de aquisição e manutenção de uma frota própria.

2. Dependência de Terceiros

Qualidade do serviço da locadora: O município fica dependente da empresa fornecedora para manutenção, substituição e atendimento em caso de falhas. Problemas com a locadora podem atrasar serviços essenciais.

Disponibilidade limitada: Se a locadora não tiver veículos suficientes ou adequados, o município pode enfrentar dificuldades para atender suas necessidades.

3. Restrições Contratuais

Limitações de uso: Contratos de locação frequentemente estabelecem restrições de quilometragem, tipos de terreno ou personalizações nos veículos, o que pode limitar a eficiência do uso.

Multas e encargos adicionais: Exceder os termos contratuais, como quilometragem máxima ou atraso na devolução, pode gerar custos inesperados.

4. Vulnerabilidade a Problemas de Gestão

Contratos mal elaborados: A falta de critérios claros em processos licitatórios pode levar a contratações desvantajosas, com valores acima do mercado ou serviços de baixa qualidade.

Riscos legais: Contratos mal geridos ou com indícios de irregularidades podem levar a questionamentos por órgãos de controle, como Tribunais de Contas.

5. Dificuldade de Personalização

Veículos alugados geralmente não podem ser adaptados para necessidades específicas do município, como instalação de equipamentos para ambulâncias, acessibilidade para transporte de pessoas com deficiência ou veículos escolares.

6. Incompatibilidade com Necessidades de Longo Prazo

Para serviços contínuos e de alta demanda, como transporte escolar ou coleta de resíduos, a locação pode ser menos eficiente financeiramente em comparação à aquisição de uma frota própria.



7. Menor Controle Operacional

O município depende do cronograma e das condições da locadora para realizar manutenções ou substituições, o que pode causar atrasos em serviços essenciais.

Exemplo de Impactos Negativos

Aumento de custos: Se o contrato for mal dimensionado, o município pode gastar mais do que o necessário para atender à demanda.

Paralisação de serviços: Problemas com a locadora podem atrasar serviços como transporte de pacientes ou entrega de insumos básicos.

Embora a locação possa ser vantajosa em situações temporárias ou emergenciais, para garantir eficiência e sustentabilidade, o município deve realizar uma análise criteriosa de custos e benefícios antes de optar por essa modalidade.

Solução 02- Aquisição de um veículo: A aquisição de veículos pelo município, em vez de optar pela locação, pode oferecer diversas vantagens, especialmente em contextos de uso contínuo e de longo prazo. As principais vantagens incluem:

1. Formação de Patrimônio Público

Os veículos adquiridos passam a integrar o patrimônio do município, sendo um bem público que pode ser utilizado por vários anos.

O valor investido na compra é transformado em ativo que pode ser reutilizado, adaptado ou até vendido em caso de renovação da frota.

2. Economia a Longo Prazo

Embora a compra exija um investimento inicial maior, ela tende a ser mais econômica em comparação à locação em contratos prolongados.

Após a aquisição, os custos se limitam à manutenção, combustível e eventuais substituições de peças, que geralmente são mais baixos do que os valores recorrentes da locação.

3. Controle Operacional

O município tem total autonomia sobre o uso dos veículos, sem restrições contratuais, como limites de quilometragem, personalizações ou áreas de circulação.



A manutenção e o cronograma de uso podem ser geridos diretamente, sem depender de terceiros, o que garante maior flexibilidade.

4. Possibilidade de Personalização

Veículos próprios podem ser adaptados para atender às necessidades específicas do município, como instalação de rampas de acessibilidade, equipamentos de saúde (no caso de ambulâncias) ou adequações para transporte escolar.

5. Menor Dependência de Fornecedores

A compra reduz a dependência de empresas locadoras, eliminando riscos de atrasos, indisponibilidade ou problemas contratuais que podem comprometer serviços essenciais.

6. Sustentabilidade Administrativa

Veículos próprios permitem melhor planejamento orçamentário a longo prazo, com redução de despesas recorrentes relacionadas à locação.

Em situações de crise econômica, o município não precisa interromper o uso dos veículos devido à falta de pagamento de aluguéis.

7. Transparência e Controle

A aquisição de veículos, quando bem gerida, tende a ser mais transparente, já que o processo de compra pode ser monitorado e auditado facilmente.

O controle sobre a frota própria evita questionamentos de órgãos de fiscalização, que frequentemente analisam contratos de locação.

8. Maior Vida Útil

Com uma manutenção preventiva adequada, os veículos adquiridos podem ser usados por muitos anos, oferecendo retorno sobre o investimento inicial.

Exemplo de Economia

Aquisição de um veículo: Após 5 anos, o custo total de um veículo comprado (considerando manutenção e depreciação) pode ser menor do que o valor pago em um contrato de locação pelo mesmo período, além de o município ainda ter o bem disponível.



Adquirir veículos pode ser uma estratégia mais eficaz para municípios que buscam autonomia, economia e sustentabilidade em suas operações. No entanto, é fundamental realizar um planejamento financeiro adequado e investir em uma política de manutenção preventiva para garantir o melhor uso desses bens.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO.

6.1. A partir da definição do objeto suas respectivas especificações e quantidades a serem adquiridas, foi realizada a estimativa do valor da aquisição, conforme abaixo segue:

Item	Quant.	Descrição	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	1	Veículo Automóvel Tipo Sedan "Zero km" Características mínimas: - Ano/Modelo de fabricação mínimo 2024/2024; - Motor mínimo 1.3 Flex, com potência mínima de 88 c.v; - Pintura na cor Branca ou Prata; - Transmissão Manual de mínimo cinco marchas; - Roda aro mínimo 15; - Air bag e Freios ABS; - Capacidade do compartimento de carga mínima de 400 kg; - Comprimento mínimo do veículo 4.213mm; - Tanque de Combustível mínimo de 48 Litros; - Direção Hidráulica; - Ar condicionado - Vidros Elétricos nas portas dianteiras e traseiras; - Alarme e travas elétricas; - Película escurecedora das áreas envidraçadas (insulfilm) na tonalidade permitida por Lei; - Todo acessório deverá ser original de fábrica. Demais equipamentos de uso obrigatório. Cor Branca/Cinza/Preto.	R\$ 125.656,67	R\$ 125.656,67

OBS. NO PRESENTE CASO, NÃO HAVERÁ SIGILO DOS VALORES.

O valor médio acima indicado é resultante de pesquisa de preço efetuada no mercado com empresas do ramo, bem como contratos similares de outros órgãos públicos, e pesquisa em sítios eletrônicos, conforme os parâmetros indicados no Art. 23, § 1º, incisos I a V da Lei Federal nº



14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Da análise pormenorizada do caso, depreende-se que a solução mais viável para a demanda apresentada é a aquisição do item por meio de fornecedores habilitados mediante Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, por se tratarem de item comum.

Nesta perspectiva a solução que mais atenderá a finalidade buscada ocorrerá por meio de levantamento do item com valor de mercado e a realização de um processo Licitatório de aquisição para atender a demanda descrita, a qual deverá obedecer aos requisitos da contratação devidamente elencados no edital de licitação.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Este tópico não se aplica à licitação em tela, sobretudo porque a contratação possui apenas um único item de contratação (veículo).

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a aquisição de um veículo destinado ao setor de Assistência Social, os seguintes resultados são esperados:

1. Aprimoramento do Atendimento à População Vulnerável

- Garantir maior agilidade e eficiência no deslocamento das equipes técnicas para atendimento a indivíduos e famílias em situação de risco ou vulnerabilidade social.

2. Ampliar o Acesso aos Serviços Socioassistenciais

- Facilitar o transporte de usuários para serviços essenciais, como consultas médicas, atendimentos especializados, capacitações ou outras atividades de inclusão e desenvolvimento social.

3. Fortalecimento das Ações de Proteção Social

- Suportar as ações do setor, como visitas domiciliares, busca ativa e acompanhamento de famílias, especialmente em regiões de difícil acesso ou em localidades mais afastadas.

4. Melhoria na Logística de Distribuição de Recursos



- Agilizar a entrega de cestas básicas, materiais de higiene, roupas, utensílios ou outros itens assistenciais, garantindo que os benefícios cheguem de maneira célere e segura aos beneficiários.

5. Redução das Desigualdades Territoriais

- Atender de forma mais equitativa comunidades urbanas e rurais, superando barreiras logísticas e garantindo a inclusão de populações que enfrentam maior dificuldade de acesso aos serviços.

6. Promoção da Dignidade e Cidadania

- Contribuir para a valorização e o respeito aos direitos dos usuários da assistência social, proporcionando suporte material e emocional para que possam superar situações adversas.

7. Apoio a Programas e Projetos Sociais

- Viabilizar a execução de atividades em campo, eventos comunitários, campanhas e outras iniciativas que fomentem o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas.

8. Maior Eficiência na Gestão de Recursos Públicos

- Reduzir custos operacionais com transportes externos e terceirizados, otimizando os recursos públicos e fortalecendo a autonomia do setor na execução de suas atribuições.

A aquisição de veículo, alinhada às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), representa um compromisso com a proteção social, a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar coletivo, resultando em melhorias diretas e significativas na qualidade de vida dos beneficiários.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

O objeto a ser contratado não demanda providências especiais. Entretanto, no presente caso registre-se que a municipalidade disponibilizou curso de capacitação à serventia local (incluídos aqueles que atuarão na fiscalização contratual), cujo tema lecionado abrangeu às peculiaridades da



Nova Lei de Licitações.

Outrossim, deverá ser elaborado um Termo de Referência que descreva de maneira clara e objetiva os requisitos técnicos, operacionais e legais necessários para a contratação. Esse documento servirá como base para o edital de licitação.

Deverá também ser realizada a publicação do edital de licitação em meios de comunicação oficiais, conforme as normas estabelecidas na legislação vigente, garantindo a ampla divulgação e a participação de interessados.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Foram identificadas as seguintes contratações que façam correlação ou dependência com o objeto pretendido.

- a) Fornecimento de combustível, tipo gasolina comum, álcool comum e óleo diesel comum, para abastecimento dos veículos pertencentes à frota do CONTRATANTE;
- b) Serviços garantia para manutenção do veículo, a ser realizada em concessionária autorizada;
- c) Fornecimento de pneus novos para manutenção e eventuais danos causados.
- d) Fornecimento de seguros destinado a frota municipal.
- e) Serviços de manutenção mecânica e elétrica, e outros correlatos.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS:

1. Impactos Ambientais Identificados

1.1. Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

- O uso do veículo resultará na emissão de dióxido de carbono (CO₂) e outros poluentes atmosféricos, decorrentes do consumo de combustíveis fósseis, contribuindo para o aquecimento global e a degradação da qualidade do ar.

1.2. Consumo de Combustíveis Fósseis

- A operação do veículo dependerá de combustíveis como gasolina ou diesel, que têm impacto direto na extração de recursos naturais e na geração de poluentes durante o ciclo de vida do combustível.

1.3. Geração de Resíduos Sólidos e Líquidos

- A manutenção do veículo, como troca de óleo, filtros e peças, pode gerar resíduos que, se descartados inadequadamente, podem contaminar o solo e corpos d'água.



1.4. Impacto do Ciclo de Vida do Veículo

- Desde a fabricação até o descarte do veículo, há impactos associados ao consumo de recursos naturais, geração de resíduos industriais e consumo energético elevado.

2. Medidas Mitigadoras Propostas

2.1. Escolha de Veículos com Tecnologias Menos Poluentes

- Optar por veículos com menor consumo de combustível e emissões reduzidas, como modelos híbridos ou movidos a combustíveis renováveis (etanol ou GNV).

2.2. Manutenção Preventiva e Corretiva

- Realizar manutenções periódicas para garantir o bom desempenho do veículo, reduzindo o consumo excessivo de combustível e a emissão de poluentes.
- Substituir peças e fluidos em oficinas que sigam práticas de descarte sustentável, com certificação ambiental.

2.3. Otimização do Uso do Veículo

- Planejar rotas e trajetos para reduzir o consumo de combustível e as emissões de CO₂.
- Incentivar a utilização do veículo apenas para fins essenciais, evitando deslocamentos desnecessários.

2.4. Conscientização e Capacitação

- Treinar os motoristas para dirigirem de maneira econômica e sustentável, utilizando práticas que reduzam o consumo de combustível.
- Promover a conscientização dos gestores sobre a importância da redução do impacto ambiental associado ao uso do veículo.

2.5. Descarte Sustentável

- Garantir que o veículo, ao final de sua vida útil, seja reciclado ou descartado de acordo com as normas ambientais, reaproveitando materiais como metais, plásticos e outros componentes.

3. Benefícios das Medidas Mitigadoras

- Redução das emissões de poluentes e melhoria da qualidade do ar.
- Minimização do consumo de recursos naturais e combustíveis fósseis.
- Garantia de práticas sustentáveis na manutenção e descarte do veículo.
- Contribuição para a mitigação do aquecimento global e preservação ambiental.

4. Alinhamento com Políticas Ambientais



As medidas propostas estão em consonância com as diretrizes nacionais e internacionais de desenvolvimento sustentável, reforçando o compromisso do setor público com a preservação ambiental e o uso responsável dos recursos.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE QUE SE DESTINA.

Com base nas informações obtidas durante o estudo técnico preliminar, torna-se evidente a viabilidade e necessidade da medida, conforme destacado nos elementos contidos neste ETP. Considerando os objetivos almejados, é possível concluir pela plena adequação da estratégia proposta. Tal conclusão é respaldada pela análise minuciosa que foi feita ao longo desse estudo.

Barrinha-SP, 26 de novembro de 2024.

GERUSKA LAINE SALEH GOULART
Secretária de Assistência Social